



## SUS terá que se capacitar para atender mulheres violentadas

Aprovado pelo Plenário do Senado, projeto que obriga a rede pública a oferecer atendimento especializado agora vai para a sanção presidencial



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senadores participam da sessão em que foram aprovados quatro projetos de lei que protegem ou valorizam as mulheres

Ontem, véspera do Dia Internacional da Mulher, o Plenário do Senado aprovou quatro projetos de lei que buscam valorizar ou proteger as mulheres. Um deles obriga a rede pública de saúde a oferecer atendimento especializado às vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo tratamento psicológico e cirurgias reparadoras. Outro cria a Semana Nacional pela Não Violência. Os dois últimos

incluem duas mulheres no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*: Clara Camarão, que combateu os invasores holandeses na Batalha dos Guararapes, no século 17, e Jovita Feitosa, que lutou como voluntária do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, no século 19. Os quatro projetos foram colocados na pauta do Plenário por decisão dos líderes partidários. Para entrar em vigor, eles agora dependem da sanção da Presidência.

**Diploma Bertha Lutz será entregue hoje em sessão pelo Dia Internacional da Mulher**

página 3

## Líderes querem impedir que aéreas cobrem por bagagem

Os líderes dos partidos no Senado vão pedir à Câmara dos Deputados que vote o projeto que revoga a resolução da Anac que autoriza as companhias aéreas

a cobrar pelo despacho de bagagens. O projeto foi aprovado pelos senadores em dezembro. A cobrança está prevista para começar na terça-feira. **2**



Gerardo Mangel/Agência Senado

Resolução da Anac suspende a gratuidade das bagagens despachadas



Jane de Araújo/Agência Senado

Vanessa Grazziotin, Ilana Trombka, Mônica Paes de Andrade e Luiza Trajano

## Empresária pede cota nos setores público e privado para mulheres

É preciso um amplo esforço nos setores público e privado para promover a equidade de gênero, disse a empresária Luiza Trajano, presidente do Magazine Luiza, durante palestra on-

tem no Senado. A apresentação sobre empreendedorismo feminino e liderança foi um dos eventos do primeiro dia da programação do Março Mulheres — igualdade no trabalho. **3**

## Vão à sanção novas regras para serviço de rádio e TV

O Senado aprovou ontem novas regras para renovação de outorga dos serviços de rádio e TV. Pelo texto, as emissoras poderão funcionar com licença provisória caso a concessão tenha vencido antes do pedido de renovação. **4**

## Instaladas comissões mistas que vão avaliar oito MPs **3**

## Senadores querem votar fim do foro privilegiado **4**

## Eunício: reforma da Previdência terá trâmite normal **2**

**Nesta edição, informativo da Instituição Fiscal Independente**



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (D), participa da solenidade de posse dos novos ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (3º à dir.), e da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, no Palácio do Planalto, conduzida ontem pelo presidente da República, Michel Temer (E). Para assumir o posto no governo, Aloysio se licenciou de seu mandato no Senado. Ele substitui José Serra, que retornou à Casa. Serraglio sucede Alexandre de Moraes (2º à dir.).

# Reforma da Previdência terá trâmite normal, diz Eunício

De acordo com o presidente do Senado, mudanças na legislação previdenciária precisam garantir direitos adquiridos da população

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o projeto de reforma da Previdência, que chegará ao Senado após passar pela Câmara dos Deputados, não terá calendário especial de tramitação.

— Assim que chegar da Câmara, daremos celeridade para resolver essa questão definitivamente. Não vamos fazer calendário especial. Vamos fazer o trâmite normal.

Na avaliação dele, a reforma é necessária, mas precisa garantir os direitos adquiridos.

Após participar de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ontem, Eunício disse à im-



Eunício garante empenho para votar projetos prioritários na economia

prensa que o Plenário deverá concluir nesta semana a votação do projeto de lei que prorroga o regime de repatriação de recursos. O texto (PLS 405/2016), que sofreu mudanças na Câmara, é o primeiro item na pauta de hoje do Plenário.

Sobre a reunião do “Conselho” do governo, Eunício afir-

mou que a equipe econômica apresentou uma série de dados que apontam perspectivas positivas para a economia nos próximos meses. O presidente do Senado garantiu que a Casa vai trabalhar para ajudar o país a retomar o crescimento:

— Tudo que for prioritário na economia nós vamos trabalhar para aprovar.

## Líderes cobram fim da cobrança de bagagem aérea

Em reunião realizada ontem, os líderes dos partidos no Senado decidiram fazer um apelo à Câmara dos Deputados para que vote o projeto de decreto legislativo que revoga a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que autoriza as companhias aéreas a cobrar pelo despacho de bagagens dos passageiros a partir de terça-feira.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 89/2016, que susta a resolução da agência reguladora, foi aprovado pelo Senado no final do ano passado.

A resolução da Anac suspende a obrigação de as companhias aéreas oferecerem franquia mínima de bagagem por passageiro — atualmente de 23 quilos para viagens domésticas e duas malas de 32 quilos para viagens internacionais.

Com essa medida, as empresas aéreas poderão cobrar integralmente pelas bagagens.

— O apelo que estamos fazendo é que a Câmara dos Deputados vote o projeto e possamos ter uma melhor discussão sobre esse assunto — disse o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O senador Jorge Viana (PT-

### Viana diz que brasileiro paga as passagens mais caras do mundo e apela para manter franquia

A suspensão da medida que permite às companhias aéreas cobrar, a partir de terça-feira, pelo despacho de malas foi defendida por Jorge Viana (PT-AC).

O senador pediu aos líderes partidários e ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que cobrem da Anac a suspensão.



Ele lembrou que o projeto para sustar a medida aprovado pelo Senado está parado na Câmara.

Viana afirmou que os brasileiros pagam as passagens mais caras do mundo e que o preço do transporte de bagagens divulgado pelas empresas também será alto.

## Lídice apoia criação de CPI sobre situação da Previdência Social

Lídice da Mata (PSB-BA) manifestou apoio à criação de CPI para investigar a situação da Previdência. Para ela, o grande capital internacional busca se apoderar do setor em vários países, disseminando o que chamou de “dogma” de redução de benefícios, em prejuízo dos aposentados.

Ressalvou que a situação do Brasil difere de países com população mais envelhecida. A proporção de gastos previdenciários em relação ao PIB ainda é baixa.

— É cruel desconhecer ou ficar indiferente a essa realidade, assim como é desumano desconhecer a dupla jornada da mulher brasileira.



## Segundo Ângela, reformas do governo vão prejudicar pobres

Na opinião de Ângela Portela (PT-RR), as reformas da Previdência e trabalhista, em análise no Congresso, vão prejudicar com mais intensidade as mulheres e os mais pobres.

Segundo a senadora, é um processo que começou com a aprovação, no final do ano passado, da emenda constitucional que congelou os gastos públicos por 20 anos. Quanto às reformas, Ângela afirmou que o governo federal tem apresentado números falsos sobre a previdência para iludir a população, e as mudanças nas propostas nas leis trabalhistas poderão deixar desprotegidos milhões de brasileiros, aumentando os riscos sociais.



### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### COMISSÃO DIRETORA Relatório final

9h30 Análise de requerimentos e apresentação do relatório final da comissão de juristas que avaliou a Lei Geral do Esporte.

### CCJ Escolha do advogado-geral

10h A PEC 125/2015, que fixa critérios para escolha do advogado-geral da União, e o PLC 109/2011, que obriga a criação de Procons nos aeroportos, estão na pauta.

### CONGRESSO Dia da Mulher

11h Sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e para entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas.

### MP 752/2016 Contratos de parceria

14h Audiência pública interativa com Anac e Infraero discute a medida provisória, que trata de contratos de parceria.

### PLENÁRIO Repatriação

14h Projeto que reabre prazo para repatriação é o primeiro item da pauta.

### MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Análise de relatório da medida que cria o Programa Cartão Reforma.

### MP Instalações de comissões mistas

14h30 Instalação e eleição de presidentes e vices de oito comissões mistas que analisam medidas provisórias: a primeira é a da MP 761/2016, que estende prazo para adesão ao Programa de Proteção ao Emprego; às 14h40, a da MP 762/2016, que prorroga a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; às 14h50, a da MP 763/2016, que autoriza saques em contas do FGTS; às 15h, a da MP 764/2016, que permite preços diferentes de bens em função do prazo ou forma de pagamento; às 15h10, a da MP 765/2016, que cria bônus de eficiência nas atividades tributária, aduaneira e de auditoria fiscal do Trabalho; às 15h20, a da MP 766/2016, que cria Programa de Regularização Tributária; às 15h30, a da MP 767/2017, que institui bônus de desempenho institucional por perícia no INSS; e às 15h40, a da MP 768/2017, que cria o Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria-Geral da Presidência.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprovou ontem quatro projetos relacionados às mulheres, para garantir-lhes proteção e atendimento especial no SUS, criar uma semana de conscientização contra a violação de direitos e homenagear heroínas do país

# Vai à sanção cuidado especial com mulher vítima de violência

QUATRO PROJETOS RELACIONADOS às mulheres foram aprovados pelo Senado ontem, véspera do Dia Internacional da Mulher, e seguem para a sanção presidencial. Um deles garante atendimento especializado para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), com direito a tratamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

As outras propostas são a que cria a Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dois projetos que incluem nomes de mulheres notáveis da história brasileira no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. Jovita Feitosa, voluntária do Exército na Guerra do Paraguai, e Clara Camarão, que combateu os holandeses na Batalha dos Guararapes.

A colocação dos projetos em pauta foi decidida em reunião de líderes.

## Atendimento

O texto sobre atendimento no SUS a vítimas de violência doméstica (PLS 295/2013) já havia

## No Dia da Mulher, senadores entregam Diploma Bertha Lutz

O Senado entrega hoje o Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram na luta pelos direitos femininos. O prêmio será concedido durante sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao

Dia Internacional da Mulher, às 11h. Serão homenageadas a policial Denice Santiago, a ativista Diza Gonzaga, a embaixadora Isabel Heyvaert, a ativista Raimunda Luzia de Brito e a jornalista Tati Bernardi.

sido aprovado pelo Senado, mas sofreu mudanças na Câmara. Ontem, os senadores acataram as alterações feitas pelos deputados, que incluíram na proposta a proteção a vítimas de violência sexual. Entre os atendimentos que devem ser assegurados, estão tratamento médico, acompanhamento psicológico e, se forem necessárias, cirurgias reparadoras.

A necessidade de garantir esse tipo de atendimento pelo SUS foi constatada pela CPI Mista da Violência Contra a Mulher, que apresentou o projeto ao final dos seus trabalhos, em 2013.

A Câmara também

substituiu a expressão “organização de serviços públicos” por “organização de atendimento público”. Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a alteração foi considerada positiva pelas relatoras, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e ex-senadora Ana Rita (PT-ES).

Segundo o *Mapa da Violência de 2015*, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking de países que mais matam mulheres. A cada 100 mil mulheres,

4,8 foram assassinadas em 2015.

## Campanha

O projeto sobre a semana pela não violência (PLC 55/2016) prevê que a campanha de conscientização sempre na última semana de novembro com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de combater a violação dos direitos das mulheres.

A Semana deverá ser articulada durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres — uma campanha mundial vigente desde 1991, que vai de 25 de novembro a 10 de dezembro.

## Heroínas

O projeto pela inclusão de Jovita Feitosa no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* é o PLC 122/2013, que teve relatoria do ex-senador Wellington Dias (PT-PI). O projeto que homenageia Clara Camarão é o PLC 69/2013, cujo relator foi José Agripino (DEM-RN). Com essas inclusões, passam a ser cinco as mulheres lembradas no “Livro de Aço”.



Luiza Trajano fala no Senado sobre igualdade de gênero

## Empresária defende cotas para mulheres em chefias

Convidada a falar no Senado sobre empreendedorismo feminino e liderança, a empresária Luiza Trajano disse ontem ser preciso um esforço nos setores público e privado para promover a equidade de gênero.

Ela defendeu a criação de cotas para mulheres nos altos cargos de empresas públicas e privadas. Mostrou dados indicando que menos de 5% dos cargos executivos em diretorias e presidências de empresas são ocupados por mulheres, embora o número de profissionais femininas com curso superior seja 20% maior que o de homens.

— A cota é um processo transitório para acertar uma desigualdade — argumentou.

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-

AM), destacou o papel de Luiza Trajano como presidente do conselho de administração do Maganize Luiza.

— A Luiza garante para as mulheres direitos que outras empresas não garantem — disse.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, afirmou que a equidade de gênero e raça é uma preocupação constante da Casa. Lembrou que, na gestão dela, foi criado um comitê de igualdade de gênero, já que a desigualdade no serviço público não está na diferença salarial, mas na taxa de ocupação de cargos importantes.

A palestra integrou o primeiro dia da programação especial do mês da mulher no Senado, que tem como tema a igualdade no trabalho.

Veja a programação: <http://bit.ly/MarcoMulheres>

## Vanessa pede mobilização em favor de direitos femininos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que a luta pelos direitos das mulheres também é responsabilidade dos homens. A senadora informou que o Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, será marcado por mobilizações e um abraço coletivo no Congresso.



Ela afirmou que quatro projetos em favor das mulheres, prontos para votação no Plenário, terão prioridade.

— Estamos diante de reformas que suprimem ainda mais direitos das mulheres. Devemos estar mobilizadas — disse, citando a reforma da Previdência.

## Regina propõe reflexão sobre desigualdade de gênero no país

Regina Sousa (PT-PI) convidou as brasileiras a participarem hoje da manifestação pelo Dia Internacional da Mulher.

Para ela, é uma oportunidade de reflexão sobre a situação feminina e de luta pela redução da desigualdade de gênero.

A senadora também



elogiou a Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, cujo tema é “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”. Segundo ela, a Igreja Católica faz um chamado para que a sociedade trate a natureza com mais respeito, visto que, se os biomas morrerem, o Brasil morre.

## Fátima conclama manifestações contra reforma da Previdência

Fátima Bezerra (PT-RN) conclamou as brasileiras a se manifestarem no Dia da Mulher contra a reforma da Previdência, que, disse, é nociva a elas.

Fátima explicou que, ao fixar idade mínima de 65 anos para aposentadoria de todos, o governo não levou em



conta a dupla jornada de trabalho das mulheres, os salários menores e a violência de que são vítimas.

— Também faz parte da pauta de manifestações a luta contra a reforma trabalhista, o feminicídio, a cultura do estupro e todas as formas de opressão e violência que afetam as mulheres.

## Líderes divergem sobre presidência de comissões

A definição da presidência das comissões permanentes provocou divergência entre os líderes do PMDB, Renan Calheiros, e do PSDB, Paulo Bauer, durante a sessão deliberativa ontem.

Renan reclamou de declarações na imprensa atribuídas a Bauer sobre indicação para as comissões. Segundo ele, Bauer teria dito que as

comissões continuam indefinidas porque Renan estaria “reservando” a Comissão de Relações Exteriores (CRE) para Fernando Collor (PTC-AL) com intenção de obter apoio para a eleição ao Senado em 2018.

Bauer disse que ninguém desconhece existir intenção de contemplar um senador com a presidência da CRE.

— Aguardamos um gesto do PMDB. Não podemos diminuir a importância da nossa participação nas comissões para que se façam acordos — explicou.

Segundo Renan, o PMDB já fez um “gesto”: ceder a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PSDB. Mas Bauer afirmou que a CAE foi objeto de conversa

com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Se não for mantido o acordo, o partido pedirá aplicação da proporcionalidade partidária, disse Bauer.

Eunício deu prazo até ontem para que os líderes chegassem a acordo sobre as comissões. Ele disse que, não havendo acerto, ele seguirá o critério da proporcionalidade partidária.

## Colegiados mistos que avaliarão oito medidas provisórias já estão instalados

Foram instaladas ontem as comissões mistas que vão examinar as Medidas Provisórias 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759 e 760, de 2016.

A MP 753/2016, que regula a distribuição dos valores das multas da repatriação de recursos do exterior, é conside-

rada a mais importante das medidas. A MP determina a repartição dos valores com estados e municípios. Por isso a aprovação é aguardada com interesse por governadores e prefeitos.

Conheça as comissões: <http://bit.ly/comissoesMPs>

# Rádios têm novas regras para renovar concessão

Aprovado ontem texto que permite funcionamento e renovação de outorga de emissoras com concessão vencida. Congresso estendeu benefício a rádios comunitárias

O PLENÁRIO APROVOU ontem novas regras para os processos de renovação de outorga dos serviços de rádio e televisão. O texto original, a Medida Provisória 747/2016, foi alterado no Congresso e aprovado como Projeto de Lei de Conversão 1/2017. Por conta da modificação, segue agora para sanção da Presidência da República.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou já existir um acordo com o Executivo para que o projeto seja sancionado na íntegra. A relatora-revisora, Lúcia Vânia (PSB-GO), disse ter buscado atender, na medida do possível, as sugestões ao projeto.

Lúcia Vânia apresentou uma emenda de redação. E informou que o governo deve enviar uma nova MP para tratar de questões específicas das rádios comunitárias, além das que já estão na MP 747. Para Paulo Rocha (PT-PA), é importante ter uma lei que proteja o exercício das rádios comunitárias.

O líder do governo, Romero



Lúcia Vânia, relatora-revisora do projeto, que seguiu para sanção, conversa com José Agripino e Ronaldo Caiado

Jucá (PMDB-RR), lembrou que as rádios comunitárias foram incluídas no texto após entendimento com a relatoria.

Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que, com a MP, 542 rádios comunitárias praticamente extintas voltarão à atividade — cerca de 25% do total de rádios comunitárias.

Hélio José (PMDB-DF), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Renan Calheiros (PMDB-AL),

Benedito de Lira (PP-AL) e José Agripino (DEM-RN) elogiaram a MP e o trabalho de Lúcia Vânia como revisora. Fátima Bezerra (PT-RN) e Waldemir Moka (PMDB-MS) lembraram que em muitas cidades pequenas só há rádios comunitárias.

## Regularização

Entre outras medidas, o texto permite a regularização das concessões que estão vencidas.

Nesse caso, as emissoras que ainda não apresentaram o pedido de renovação poderão regularizar a situação no prazo de 90 dias a partir da publicação da lei. A regularização só será possível se o Congresso ainda não tiver deliberado sobre a extinção da outorga.

As emissoras de rádio e TV também poderão funcionar com uma licença provisória caso a concessão tenha vencido

## Simone Tebet declara apoio a reivindicação de rádios comunitárias

Simone Tebet (PMDB-MS) manifestou apoio à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, que pediu a aprovação da MP 747/2016. A MP prorroga prazo para renovação de concessões de rádio e TV.



Ao defender as rádios comunitárias, Simone lembrou que seu pai, o ex-senador Ramez Tebet (1936-2006), via no rádio um importante instrumento de comunicação.

antes da decisão sobre o pedido de renovação. O Ministério das Comunicações e o Congresso são os responsáveis por renovar ou não a concessão.

## Senadores pedem decisão sobre foro

Alvaro Dias (PV-PR) e Randalfe Rodrigues (Rede-AP) defenderam ontem em Plenário a aceleração da tramitação da proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado. A PEC 10/2013, de Alvaro, tem parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O autor da proposta lembrou que, no dia 26, manifestações em todo o país vão pedir o fim do foro privilegiado. Na avaliação de Alvaro, o Senado deve se antecipar e tomar uma decisão antes dos protestos, como forma de se mostrar sensível aos anseios da população.

Randalfe anunciou que está coletando assinaturas para pedir urgência para a proposta. São necessárias assinaturas de 41 senadores ou de líderes

de bancadas que, somadas, atinjam esse número. Até agora, segundo Randalfe, 12 senadores contribuíram, sendo

## Foro por prerrogativa de função nega democracia, avalia João Cabipereibe

João Capibereibe (PSB-AP) disse que o foro privilegiado nega a democracia e reforça a tese de que a Justiça no país funciona apenas para pobres.

Segundo ele, nos últimos 27 anos, 500 parlamentares foram investigados no STF. Desse total, apenas 16 foram condenados, sendo que 8 cumprem pena.



9 distribuídos entre as bancadas do PSD (5) e do DEM (4), representados por seus líderes, e 3 parlamentares avulsos.

## Ataídes Oliveira quer aprovação de projeto de combate à corrupção

Ataídes Oliveira (PSDB-GO) solicitou urgência para o PLS 147/2016, de sua autoria, que traz medidas contra a corrupção, crimes que envolvam patrimônio público e enriquecimento ilícito de agentes públicos.

O texto, disse Ataídes, é resultado de anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério Público Federal.



## Eunício diz que Senado está aberto a sugestões do Judiciário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem a visita do presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ), desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, e dos presidentes de 15 tribunais estaduais com o objetivo de estreitar o relacionamento entre o Legislativo federal e o Judiciário estadual.

Eunício elogiou a iniciativa do CTJ e enfatizou que o Senado é a Casa da Federação e que está aberta ao diálogo e às sugestões da magistratura.

O CTJ foi criado em 1992 e tem como prioridade promover estudos para unificar a magistratura dos estados, facilitar a gestão dos tribunais

e compartilhar problemas, soluções e experiências com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional no Brasil.

— O conselho acompanha de perto a tramitação no Congresso Nacional de toda matéria de interesse da instituição judiciária e se coloca à disposição do Legislativo e do Executivo para o apoio necessário para o aperfeiçoamento das propostas — disse Marcondes.

Também ontem Eunício Oliveira participou no Palácio do Planalto da solenidade de posse dos ministros da Justiça, Osmar José Serraglio, e das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

## Muniz diz que Carnaval contribuiu com R\$ 1,5 bilhão para a Bahia

O Carnaval injetou cerca de R\$ 1,5 bilhão na economia baiana, disse Roberto Muniz (PP-BA). Ele apresentou dados do Ministério do Turismo, como a ocupação da rede hoteleira de Salvador, que chegou a 95%, gerando 200 mil empregos. A estimativa é que 600 mil turistas, 10% estrangeiros, festejaram na capital baiana.



## Lúcia Vânia defende regularizar incentivos concedidos por estados

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu a regularização dos incentivos concedidos pelos estados com descontos no ICMS. Ela argumentou que há insegurança jurídica para empresas que investiram sob o amparo desses estímulos fiscais. Projeto de autoria dela que valida esses benefícios, aprovado pelo Senado, encontra-se na Câmara. Ela lembrou ainda que o STF deve julgar este mês ações relacionadas a concessões desses incentivos.

## Humberto comemora chegada da água do São Francisco ao sertão

Humberto Costa (PT-PE) destacou a recente chegada das águas da transposição do Rio São Francisco ao município de Sertânia, no sertão de Pernambuco.

O senador visitou a cidade para acompanhar o momento e disse que foi marcante ver o povo sertanejo tendo acesso à água como “o bem humano que sempre lhe foi negado”.



## Ajuste fiscal do governo não tirará o país da recessão, afirma Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou a afirmação do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que o ajuste fiscal permitirá a retomada da economia.

Para a senadora, as ações do governo tiram dinheiro de circulação e são voltadas para beneficiar o sistema financeiro e pagar a dívida pública; por isso, nada mudará neste ano.



## Ferraço critica decisão do STF que concede indenização a preso

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) protestou contra a decisão do STF que concedeu indenização a um preso que reclamava de condições desumanas no sistema carcerário. Para o senador, a decisão do STF é equivocada.

— Trata-se de uma preocupação desproporcional com os presidiários em comparação à preocupação com as vítimas.

